



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

CERTIFICADO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

Certificado: 201900522

Unidade Auditada: Universidade Federal de São Paulo

Ministério Supervisor: Ministério da Educação

Município (UF): São Paulo (SP)

Exercício: 2018

1. Tendo em vista os aspectos observados no processo de Prestação de Contas Anual do exercício de 2018 da Universidade Federal de São Paulo, expresso a seguinte opinião acerca dos atos de gestão com base nos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho evidenciado no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201900522, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle, realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

3. O escopo do trabalho englobou a avaliação da conformidade das peças do processo de prestação de contas (exigidas nos incisos I, II e III do art. 13 da IN TCU nº 63/2010); o cumprimento das recomendações do TCU e da CGU por parte da Unifesp no exercício analisado; e a avaliação da qualidade do gasto das contratações dos serviços terceirizados de vigilância.

4. Considerando o escopo do trabalho, o material disponibilizado à equipe de auditoria e as evidências constantes do Relatório já citado, a opinião da UAIG é a certificação pela **Regularidade**, tendo em vista não terem sido registrados achados com impactos relevantes que comprometessem os objetivos da Unidade.

5. Complemento a manifestação acerca dos atos de gestão com as seguintes observações.

6. Quanto à avaliação realizada acerca da qualidade do gasto dos serviços terceirizados de vigilância, verificou-se que houve uma evolução em relação ao observado em 2013, quando a CGU realizou auditoria referente ao Contrato nº. 177/2012, cujo objeto também foi a prestação de serviço terceirizado (neste caso, de limpeza e conservação). Atualmente, diferentemente do que havia sido identificado naquela ocasião, a fiscalização do contrato tem conhecimento dos seus termos, dos locais de prestação dos serviços e das necessidades de cada local, bem como da relação dos funcionários alocados em cada posto com o horário de trabalho de cada um deles. Além disso, há um modelo de relatório mensal de fiscalização no qual são informadas as glosas que deverão ser efetuadas.

7. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei nº. 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto nº. 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/N.º 63/2010, determino providências para informar ao Ministro de Estado supervisor

que as peças sob a responsabilidade da CGU estão inseridas no Sistema e-Contas do TCU, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei nº. 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União por meio do mesmo sistema.

Brasília (DF), 11 de outubro de 2019.

JOSÉ PAULO JULIETI BARBIERE

Diretor de Auditoria de Políticas Sociais e de Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **JOSE PAULO JULIETI BARBIERE, Diretor de Auditoria da Área Social**, em 11/10/2019, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://sei.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 1281385 e o código CRC
3E304293